

Painel Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Aos Administradores da
Painel Energética S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Painel Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Painel Energética S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está em fase pré-operacional e que a entrada em operação está condicionada ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação. Em razão desta condição, a continuidade das obras de construção da usina depende do suporte financeiro dos acionistas da Companhia sob a forma capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Painel Energética S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	<u>1</u>	<u>4</u>	Fornecedores		<u>2</u>	<u>-</u>
		<u>1</u>	<u>4</u>			<u>2</u>	<u>-</u>
Não circulante				Patrimônio líquido	10	<u>5.659</u>	<u>5.611</u>
Intangível	8	<u>5.660</u>	<u>5.607</u>	Capital social		14.600	14.600
		<u>5.660</u>	<u>5.607</u>	Capital social a integralizar		(8.514)	(8.576)
				Prejuízos acumulados		<u>(427)</u>	<u>(413)</u>
Total do Ativo		<u><u>5.661</u></u>	<u><u>5.611</u></u>	Total do Passivo		<u><u>5.661</u></u>	<u><u>5.611</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Painel Energética S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	<u>(13)</u>	<u>(13)</u>
Resultado antes das despesas financeiras	(13)	(13)
Despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(190)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(14)</u>	<u>(203)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Painel Energética S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(14)	(203)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(14)</u></u>	<u><u>(203)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Painel Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	14.600	(8.829)	(210)	5.561
Prejuízo do exercício	-	-	(203)	(203)
Integralização de capital	-	253	-	253
Saldos em 1º de janeiro de 2018	14.600	(8.576)	(413)	5.611
Prejuízo do exercício	-	-	(14)	(14)
Integralização de capital	-	62	-	62
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.600	(8.514)	(427)	5.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Painel Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	<u>(14)</u>	<u>(203)</u>
Variações em:		
Fornecedores	2	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(12)</u>	<u>(203)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
. Aquisição de intangível	<u>(53)</u>	<u>(46)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(53)</u>	<u>(46)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
. Aumento de capital	<u>62</u>	<u>253</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>62</u>	<u>253</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3)</u>	<u>4</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>4</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1</u>	<u>4</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Painel Energética S.A. (“Painel” ou “Companhia”), com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho 555, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de abril de 2009 e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Painel encontra-se em fase pré-operacional e realizará a construção de uma usina (PCH - Pequena Central Hidrelétrica) no Rio Lava Tudo, pertencente à bacia do Rio Uruguai, situada nas cidades de São Joaquim e Painel, no Estado de Santa Catarina. Quando a usina estiver concluída, terá uma potência instalada de 9,2 MW, com geração anual estimada de 41.908 MWh.

O início das operações da Painel e a sua continuidade estão condicionadas ao fato da Companhia vir a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação. Em razão desta condição, a continuidade das obras de construção da usina depende do suporte financeiro dos acionistas da Companhia sob a forma capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Companhia, a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2019.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia na qual o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa e. Novas Normas e interpretações adotadas durante o exercício de 2018.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Provisões para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- **Nota 11** - Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Intangível

Ativo intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como: ativos financeiros mantidos para negociação; instrumentos derivativos de *hedge*; ou ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seu intangível para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver evidências claras e objetivas para tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante desta perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo em análise.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos o valor de preço líquido de venda na alienação ou o valor em uso do ativo. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo for menor que o seu valor contábil, a diferença decorrente de perda por redução ao valor recuperável do ativo é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

d. Novas normas e interpretações adotadas durante o exercício de 2018

Novos pronunciamentos, modificações de pronunciamentos e interpretações foram emitidas pelo CPC, os quais foram efetivos para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018 e foram adotados na elaboração destas demonstrações financeiras. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação destas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Segue resumo desses novos pronunciamentos:

d.1 CPC48 - Instrumentos financeiros

A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 que aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação do CPC 38, no que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 trouxe foram: (i) novos critérios de classificação de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, que traz uma abordagem de perdas esperadas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia avaliou os seus ativos e passivos financeiros e identificou que não existem impactos significativos decorrentes da adoção desta nova norma, no que se refere ao novo modelo de impairment para ativos financeiros, tendo em vista que a Companhia não possui títulos em atraso, tampouco histórico de perdas relevantes. Adicionalmente, a Companhia avaliou que a aplicação do CPC 48 não trouxe impacto significativo sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018, considerando que o seu principal passivo financeiro manteve a classificação e mensuração na categoria “custo amortizado”, não havendo modificação significativa em sua mensuração. Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 11.

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC38 e as novas categorias de mensuração do CPC48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 01 de janeiro de 2018:

Em milhares de R\$	Classificação original de acordo com CPC38	Nova classificação de acordo com CPC48	Valor contábil original de acordo com CPC38	Novo valor contábil de acordo com o CPC48
Caixa e Equivalentes de Caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	1	1
Contas a Receber e outros recebíveis	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	2	2

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	<u>1</u>	<u>4</u>
Total	<u>1</u>	<u>4</u>

8 Intangível

	2018	2017
Projeto PCH Painel e gastos com desenvolvimento de projetos	<u>5.660</u>	<u>5.608</u>
Total	<u>5.660</u>	<u>5.608</u>

Refere-se, substancialmente, ao custo de aquisição do projeto desenvolvido por terceiros para a implantação da PCH Painel. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, consolidação do Projeto básico e executivo, hidrometria, sondagens geotécnicas e geofísicas. Adicionalmente, o saldo inclui demais gastos de desenvolvimento incorridos pela Companhia.

9 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 6.086 (R\$ 6.024 em 2017), dividido em 6.056.517 ações ordinárias (6.024.000 ações ordinárias em 2017), no valor nominal unitário de R\$ 1,00, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2018	2017
Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic")	4.278	4.216
CELESC Geração S.A. ("Celesc")	<u>1.808</u>	<u>1.808</u>
	<u>6.086</u>	<u>6.024</u>

11 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	4	1	4
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2	-	2	-

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2018			2017		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1	4	-	4
Fornecedores	-	2	2	-	-	-

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2018			
	Saldo em 2018	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	-	-

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

12 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com o não desenvolvimento do projeto conforme nota explicativa 1.

Garantias

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	<u>Valor contábil</u>	
	2018	2017
Fornecedores	2	-

13 Seguros

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros, para a implantação da Central Geradora Eólica e garantir a indenização, pelos prejuízos decorrentes de inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14 Eventos subsequentes

Em 08 de janeiro de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 045, anuiu previamente a transferência de controle societário da empresa Painel Energética S.A. destacando que esta passou a ser controlada pela empresa Astic EN Participações S.A., com prazo de implementação da operação de até 120 dias, a contar da data de publicação do despacho, o qual foi publicado no DOU nº 8, de 11 de Janeiro de 2019.